



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

ISSN: 1980-4369

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Machado, Daiane

Ser historiador em 2018, a propósito do livro *Le travail de l'histoire*

História (São Paulo), vol. 40, e2021058, 2021

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021058>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221070900027>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABEM  
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# SER HISTORIADOR EM 2018, A PROPÓSITO DO LIVRO *LE TRAVAIL DE L'HISTOIRE*

Daiane  
MACHADO

 [daiane\\_vm@yahoo.com.br](mailto:daiane_vm@yahoo.com.br)

Universidade Estadual  
Paulista  
Franca, SP, Brasil

Being a historian in 2018, about the book *Le travail de l'histoire*

Resenha de:

ANHEIM, Étienne. *Le travail de l'histoire*. Paris: Éditions de la Sorbonne. Coleção Itinéraires, 2018. 255p.

**E**m 2010, Gérard Noiriel, no verbete *Métier/communauté*, incitava-nos à reflexão sobre o conteúdo da prática do *métier* de historiador. Relendo Marc Bloch, ele nos reportava às tarefas cotidianas que englobam o “ser historiador” em um contexto contemporâneo. Com a passagem de alguns anos, encontro, particularmente, em Étienne Anheim, especialista da cultura erudita do final da Idade Média no Ocidente, um grande esforço para, sociológica e historicamente, pensar acerca da experiência do trabalho do historiador em toda a sua generalidade.

Assim, para esta pergunta que silenciosamente nos acompanha: “o que é ser historiador?”, Étienne Anheim, professor da École des hautes études en sciences sociales (EHESS), em Paris, figurando como observador participante, lança-nos uma resposta: ser historiador é ser pesquisador, professor, orientador, supervisor, avaliador, editor, administrador; e, considerando que a prática historiadora age sobre o si em sua forma de interpretar o mundo, o historiador deve estar preparado para intervir no debate público quando instigado ou convocado. É no trânsito por essas múltiplas tarefas, posições e disposições entrelaçadas que o livro está organizado.

*Le travail de l'histoire* é um mergulho audacioso no mundo do trabalho do historiador profissional (*l'historien 'de métier'*), diga-se institucionalizado, pois, diante da desregulamentação da profissão, o que assegura o exercício do ofício em espaços institucionais é a posse de um diploma – o signo do nosso saber científico, científico “na medida em que ela [história] é capaz de evidenciar suas regras e seus pressupostos e fazer-lhes a crítica” (p. 13). De tal modo, quando nos nomeamos como historiadores, deveríamos precisar ao nosso interlocutor que o que nos distingue é “tanto o saber e os métodos quanto o exercício da história em um quadro institucional” (p. 14).

“Abrigar-se” nesse lugar, no entanto, exige uma longa caminhada, em que a tese é apenas uma das etapas, assim como um grande esforço de adaptação e adequação a papéis para os quais o historiador não recebeu prévio ensinamento. Acreditar que

o historiador possa “ocupar qualquer espaço no campo”, tal como se esperava de Johann Cruyff e o futebol total dos anos 1970 (p. 238), guarda uma imagem idealista do *métier*. Esse “historiador total” seria o sujeito que, sendo capaz de captar recursos para desenvolver projetos de pesquisa, de editar fontes, de ensaiar sínteses e escrever reflexões epistemológicas, tem, desde sempre, habilidades para ser pedagogo.

É deformando a imagem do “historiador total” que Anheim, evocando as suas lembranças e recorrendo aos seus arquivos pessoais, objetiva a sua trajetória intelectual. E por que o faz? Pragmaticamente, para responder a uma injunção institucional: o concurso de *Habilitations à diriger des recherches* (HDR)<sup>1</sup>, que desde 1988 permite postular a candidatura a um posto de “professor de universidade” e ser orientador de teses. Para atingir o mais alto diploma francês, além de um trabalho científico original, se exige do candidato um *Mémoire de synthèse des activités de recherches*.<sup>2</sup> Exigência que, para Anheim, retarda a promoção científica e pune aqueles que têm dificuldades para obter financiamentos, realizar missões internacionais e, mesmo, iniciar atividades no ensino superior, já que as oportunidades são desigualmente distribuídas (p. 16).

Devoradora de uma avantajada fração do tempo profissional, no entanto, a HDR se impõe e o *mémoire*, no traço de Pierre Nora (1987), vem se tornando cada vez mais “ego-história”. Embora esses memoriais apresentem diferentes graus de adesão ao exercício proposto por Nora, parece explícita a liberalização de certa dose de estilização narrativa. Uma liberdade dentro de limites – pondera rapidamente Anheim. A tarefa de dar aos outros uma imagem de si e da instituição histórica é psicologicamente delicada, visto que na condição de “postulante a” não são poucos os temas de abordagem espinhosa. O lugar impõe interditos, há muito nos disse Michel de Certeau (2002). Nessas circunstâncias, diante dos avaliadores, a dificuldade do exercício é enorme, pois é de autocensura constante.

Nos últimos anos, a perspectiva de publicação posterior ao concurso certamente impulsionou a transformação da escrita – é o que podemos inferir pela leitura da coleção *Itinéraires*, de onde saiu o texto de Anheim. Seu *mémoire* integra a coleção iniciada em 2010 e desde então dirigida por Patrick Boucheron nas Éditions de la Sorbonne. Entre a defesa do *mémoire* e a publicação lá se foram mais de dois anos; nesse intervalo de tempo, a retomada do escrito é oportuna para engrossar a tinta sob elementos sensíveis à profissão. Deter-me-ei em alguns deles.

Sem muito demorar-se, Anheim nos abre uma fresta em direção aos seus primeiros anos de formação. Este leitor de Pierre Bourdieu relaciona o seu acesso à educação e à cultura ao seu trajeto favorável: como antigo aluno da École Nationale Supérieure de Fontenay-Saint-Cloud, membro da École française de Rome, ele já postava ao lado dos dominantes quando chegou a hora de defender sua tese. Apesar desse acúmulo precoce de títulos e de boas relações pessoais, o desejo de autonomia conjugado à arrogância juvenil interpretou um papel desorientador no momento da escolha do tema de pesquisa. Os primeiros capítulos levam-nos à descoberta das ciências humanas, à relação de orientação e às idas e vindas com os objetos. Na narrativa de um cotidiano matizado pelas decepções com as fontes, encontramos um processo de amadurecimento, de aquisição de hábitos para leitura e escrita e mesmo de iniciação

aos códigos sociais necessários para fazer solicitações. “Aprender a pedir” significa respeitar códigos que, além de pouco evidentes aos iniciantes, dificultam o acesso e a consulta aos arquivos. A viagem ao arquivo oscila entre o deslumbramento e a decepção. Na viagem a Roma, seu tema de pesquisa se perde diante da materialidade do arquivo do Vaticano, mas ele também se recria. Eis o trabalho de pesquisador! O tema do deslocamento, da mobilidade do corpo e do espírito, como ocasião de trabalhar e de pensar diferentemente, constitui um capítulo à parte do livro (p. 157).

Poderia se dizer, sem hesitar, aos principiantes: “leiam os primeiros capítulos, eles são verdadeiramente encorajadores”; diria aos orientadores e avaliadores, com a mesma convicção e um tom de súplica, “precisamos refletir sobre o capítulo *avaliar, ser avaliado*”.

Como diz o autor, “nós passamos nosso tempo sendo avaliados ao mesmo tempo que avaliando” (p. 86), mas será que dispensamos tempo suficiente ao debate sobre nossos critérios? Ou, ainda, por que o rigor, os gestos e mesmo o tom da voz nuançam quando o avaliado é um par? Até que ponto preferimos não julgar para não sermos julgados?

A avaliação é um componente inerente ao ofício; avaliar é assumir a responsabilidade de resguardar a reputação de uma área de pesquisa, mas também de influir diretamente em destinos individuais. É justamente para manter essa influência dentro de critérios balizados pelo compromisso com o conhecimento e os princípios éticos que o autor defende uma ampla publicidade dos resultados. Seria “menos uma questão de transparência, no sentido moral, do que de gramática pública do julgamento, quer dizer, de articulação explícita dos princípios por vezes científicos e políticos de uma comunidade” (p. 92).

Tal gramática só pode ser precisada com o trabalho coletivo. Apoiando-se em sua experiência como integrante de comissões nacionais de recrutamento de pesquisadores e professores, Anheim insiste na importância do trabalho em grupo – deliberações articuladas e abertas podem ter potencial orientador para aqueles que provaram o sabor amargo da desclassificação. Se não pudermos conhecer nossas faltas, como melhoraremos nosso desempenho e enfrentaremos um novo processo avaliativo/seletivo?

Pensando propriamente nas bancas examinadoras de títulos acadêmicos, segundo Anheim, a leitura atenta do trabalho de quem está sendo avaliado já tornaria a avaliação um exercício mais agradável. Não soa estranho para vocês insistir em algo tão óbvio como a leitura do texto do examinado? Para o autor, não. A realidade das múltiplas tarefas daqueles que se vestem como avaliadores faz com que sejam obrigados a participar de inúmeras bancas de exames ao mesmo tempo que dirigem departamentos, frequentam longas reuniões, organizam editoriais, corrigem as provas de seus alunos. O acúmulo de afazeres compromete seriamente o tempo de dedicação ao outro. E assim, muitas vezes, a avaliação se reduz à performance oral e à extensão do currículo. O valor passa a ser medido pela reputação dada pelas instituições de formação, pelas redes de inserção e pelos lugares de publicação. Enfim, o valor dilui-se e desloca-se do produto principal à qualidade real da produção científica.

Sua maneira de ser avaliador é marcada pela forma como foi avaliado em sua banca de tese. O excelente parecer final da banca, “mentions très honorable avec félicitations du jury”<sup>3</sup>, não é capaz de dimensionar as dores do processo. Sem pedir complacência, Anheim narra a sua “humilhação pública” (p. 96): censura quantitativa (poucas páginas escritas, levantamento desnecessário de fontes); reprimendas quanto à fuga da empiria da pesquisa para fazer ensaios de caráter teórico-metodológico; deslegitimação dos diálogos com as ciências sociais em uma tese que se preocupava com o significado cultural e político das encomendas artísticas da corte de Avignon a partir do exemplo do Papa Clemente VI (1342-1352) e perguntas e cobranças difíceis de serem respondidas, já que originadas de particularidades específicas dos domínios dos avaliadores, particularidades que ofuscavam o olhar do todo.

A banca era diversa, composta tanto de avaliadores solícitos e desejosos de refletir em conjunto como de avaliadores pouco habituados a não tomar a si próprios como escala única de valorização qualitativa. A evocação desse episódio, além de colocar em debate uma situação avaliativa, evidencia uma das dimensões das relações de sociabilidade e de poder que se entrelaçam no meio acadêmico (p. 100).

Se acabei detendo-me muito nesse capítulo não foi apenas pelo impacto que a verbalização da violência avaliativa me causou, mas também porque o tema da avaliação perpassa todas as demais atividades que compõem o seu retrato de historiador. Reencontro-o no seio do seu cotidiano como editor, quando Anheim mostra-nos o quão meticuloso é o trabalho de publicação dos artigos dos outros e de administração de uma revista: “textos para ler, corrigir e reescrever, notas para verificar e normatizar, autores para negociar e secretários de redação com os quais trabalhar cotidianamente, os problemas de tradução, as provas em atraso, as pesadas taxas de publicação” (p. 141). Aqui vemos como não são poucas as tarefas que integram o expediente de um chefe de redação, apesar de seu aparente *status* de invisibilidade no meio acadêmico.

Como editor-chefe dos *Annales*, Anheim trabalhou com afinco tanto para lançar sua edição em língua inglesa quanto para promover, em um periódico considerado elitista, um dossiê sobre a relação entre a pesquisa histórica e o ensino de história no secundário (p. 71). Em sua concepção, uma articulação que não se limita a transpor os resultados das pesquisas à sala de aula, mas que deve levar aos estudantes a “maneira de fazer”, os métodos, os procedimentos, enfim, o espírito da pesquisa.

Com experiências de ensino no secundário e ocupante por longo tempo de um posto de Mestre de conferência<sup>4</sup> na Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines, o autor insiste que no cotidiano de um professor não é apenas o conhecimento científico que está em jogo, mas o vínculo pedagógico entre professor e aluno. Ensinar as regras do meio sem desencorajar a crítica a elas é também expor o seu caráter relativo, oscilante, histórico, e isso ao preço de pôr a nu diante dos estudantes a sua própria posição de guardião dessas mesmas regras. É a justa medida entre o saber, o poder e o afeto que permite compreender a aprendizagem como uma dialética entre a regra e a liberdade (p. 66). Assim, face a essas questões, os “professores

universitários, com formação deficiente em pedagogia, encontram-se frequentemente desamparados” (p. 82).

“O trabalho do professor é feito de gestos e se exerce com o corpo e a voz” (p. 64); desse modo, nossa própria experiência social e intelectual como aluno é formativa. Aprendemos a ser professores com o exemplo daqueles que deixaram marcas em nosso trajeto. É tocante o olhar retrospectivo de Anheim em direção aos seus professores, um gesto de reconhecimento, em particular a Patrick Boucheron. Vindo de um meio social favorável, ele passou por escolas em que a maneira de conceber a relação entre o professor e o aluno era orientada por técnicas pedagógicas que buscavam partilhar entre ambos a responsabilidade pelo aprendizado. Se nos juntamos a ele e sorrimos pela sua experiência positiva, em seguida também balançamos a cabeça em sinal de questionamento: e aqueles que, por não habitarem os “bons bairros”, não puderam frequentar as “melhores escolas” e que, uma vez na universidade, muito mais atenciosa à pesquisa que ao ensino, não encontraram os suportes pedagógicos necessários para entrar nesse universo, seja escolar seja universitário? Nesse sentido, o exemplo pode ter um valor negativo e corremos o risco de prolongar a vida de hábitos pouco pedagógicos tanto em níveis metodológicos quanto em relação ao trato com o outro.

Sua atenção ao ensino vai ao encontro do elo que estabelece com a vulgarização, que não ganha um sentido pejorativo, mas é compreendida como um canteiro a explorar nos museus, nos espaços culturais, nas ruas, nos cinemas, nas histórias em quadrinhos. Para melhor comunicar nosso saber por meio da sua vulgarização, o profissional da história não tem necessidade de tornar-se museólogo, cineasta, programador etc., mas precisa querer aprender a trabalhar na transversalidade disciplinar, o que pode significar empreender projetos com profissionais que não circunscrevem prioritariamente sua atividade em redor do espaço universitário e mesmo do ensino.

Vulgarizar a história a partir da pesquisa, a partir de um conhecimento refletido, cujos procedimentos de produção são identificados e reconhecidos pelo meio especializado, é uma maneira de intervir na cena pública e igualmente de responder aos usos abusivos da disciplina (p. 177). Um episódio narrado por Anheim instiga-nos a pensar o quanto tais critérios de validação do conhecimento disciplinar têm uma relação variável com as regras implícitas de seu funcionamento social, notadamente quando está em questão a crítica pública a uma obra de vulgarização produzida por um par (p. 185). Trata-se dos debates suscitados pelo livro de Sylvain Gouguenheim, que, afastado de seu domínio, minimiza, negligenciando o estado da arte feito por especialistas, o papel que a língua árabe teve na transmissão da racionalidade grega para o Ocidente. Publicado por uma reconhecida editora (Seuil), o livro provocou da parte dos medievalistas um texto coletivo que, a despeito do consenso entorno dos seus fundamentos, foi considerado desnecessário por alguns historiadores, que viram os autores da crítica como algozes públicos de um colega. Para esses reativos, a roupa suja deveria ser levada em casa.

Permitir-se contornar normas tácitas do empreendimento científico salientando sua ancianidade e posição como argumento de autoridade é uma conduta que não se distancia daquela que tomam aqueles que se recusam a aprender a planejar um

orçamento ou mesmo a preencher uma tabela, relegando aos mais jovens ou recém-chegados as tarefas administrativas (p. 123-124). Não são poucos que declaram aos seus colegas, sem qualquer constrangimento, sua inabilidade para o exercício de funções burocráticas em razão da sobreposição de suas qualidades intelectuais.

A administração, que já se impôs no cotidiano de um professor universitário, é um dos pontos cegos da profissão. Não recebemos formação para exercê-la, mas somos levados a dedicar grande parte do tempo a ela, a despeito do diminuto reconhecimento junto aos pares. Uma forma mais suave de lidar com essa dimensão da profissão é encará-la como um meio de contribuir com o desenvolvimento da universidade e do campo historiográfico e não como um fim. Como sublinha o autor, não se trata apenas de partilhar a administração com os pares, mas de provocar o debate coletivo sobre como harmonizá-la com o tempo do ensino e da pesquisa, assim como não se calar diante dos exageros e de trabalhar em conjunto para evitar sua expansão sem limites.

*Le travail d'histoire* é enredado nessa trama de tensões e mesmo de contradições que envolvem o *métier* de historiador no meio acadêmico e no espaço público. Dentre inúmeras outras questões que podem ser levantadas para o debate, finalizo a minha seleção pela sensibilidade do autor em relação ao lugar de onde fala na condição de ser um homem. O encontro com sua esposa, sua exímia crítica, deu-se quando ainda procurava um tema para entrar no terreno da pesquisa histórica. O caminho desses dois medievalistas, embora afetivamente lado a lado, não foi trilhado da mesma forma.

Com uma publicação quase concomitante com o manifesto coletivo, *Mettons fin à la domination masculine en histoire*, publicado na tribuna do jornal *Le monde*, que denuncia a dominação masculina na História<sup>5</sup>, Anheim reconhece e procura nos mostrar a persistente desigualdade de oportunidades que recai sobre as mulheres no exercício de seu trabalho como historiadoras.

Por tudo que tentei dizer com esta escrita, recomendo a leitura desse livro, que nos provoca a reflexão acerca das condições contemporâneas de nosso trabalho como historiadores e historiadoras. A partir de experiências concretas, ele não se limita a externar as adversidades enfrentadas, mas tenta mostrar que, com disposição ou mesmo tenacidade, podemos encontrar um espaço de manobra; agir, nem que seja nas margens. E, ainda, porque ele alerta sobre os custos pessoais que rondam a autoconformação a um tipo ideal de “historiador total”. O exercício da história age sobre nós, transforma-nos (p. 235), e pode ser uma maneira crítica de ver, ler e encarar a vida em sociedade. Mas, se no afã de compreensão cotidiana dos fatos que nos tocam, a prática da história nos faz negligenciar tudo o que se encontra fora do nosso campo de visão profissional, ela se tornará um fardo doloroso.

*Le travail de l'histoire* é, também, um trabalho sobre si ao mesmo tempo que um trabalho sobre os outros e com eles. Pensemos com ele!

## Referências

ANHEIM, Étienne. *Le travail de l'histoire*. Paris: Éditions de la Sorbonne. Coleção Itinéraires, 2018. 255p.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NOIRIEL, Gérard. Métier/communauté. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas. (Orgs.). *Historiographies: concepts et débats*. I. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010. p. 518-528.

NORA, Pierre (Dir.). *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.

## Notas

<sup>1</sup> Habilitação para dirigir pesquisas.

<sup>2</sup> Relatório de síntese das atividades acadêmicas. Para mais informações: <<http://www.enseignementsup-recherche.gouv.fr/cid22705/professeur-des-universites.html>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

<sup>3</sup> Uma tradução possível seria: “menção honorável com felicitações da banca examinadora”.

<sup>4</sup> Na estrutura acadêmica francesa, o posto de “Mestre de conferência” seria o primeiro degrau da carreira universitária. Uma vez “Mestre de conferência” e titular de uma *Habilitation à diriger des recherches* (HDR) o próximo passo é ser nomeado “Professor de universidade”.

<sup>5</sup> Leitura disponível em: <[https://www.lemonde.fr/idees/article/2018/10/03/l-appel-de-440-historiennes-francaises-mettons-fin-a-la-domination-masculine-en-histoire\\_5364200\\_3232.html?>](https://www.lemonde.fr/idees/article/2018/10/03/l-appel-de-440-historiennes-francaises-mettons-fin-a-la-domination-masculine-en-histoire_5364200_3232.html?>). Acesso em: 17 mar. 2019.

## Declaração de financiamento

A pesquisa que resultou nesta resenha contou com financiamento da FAPESP (Proc. 2018/06413-9).

**Daiane Machado** é graduada em História pela UNICENTRO, *Campus* Guarapuava/PR (2008), Mestre em História pela UFPR (2012) e Doutora em História Social pela UNESP, *Campus* Assis/SP (2016). Com apoio da FAPESP (2017-2021), desenvolveu projeto de pós-doutoramento na UNESP, *Campus* Franca/SP, e realizou estágio de pós-doutorado em História no Institut d'Histoire du Temps Présent (BEPE 2018-2019). Atualmente é Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP. Tem particular interesse em percursos intelectuais, narrativas de si, arquivos pessoais de historiadoras, carreiras de historiadoras, história do conhecimento histórico universitário no Brasil, recepção dos *Annales* no Brasil e circulação de práticas historiográficas.